

A ORIENTE TUDO E NADA DE NOVO

Constantino Xavier

Exceptuando as duas cimeiras em Pequim e Nova Deli e a cimeira com a ASEAN em Singapura, a Ásia primou pela ausência do mapa geoestratégico da presidência portuguesa da União Europeia (UE). Vista de Nova Deli, a cartografia que guiou o Palácio das Necessidades durante seis meses dedicou-se porém a todas as outras regiões do mundo: a América Latina representada por via da cimeira inédita com o Brasil, a Europa de Leste por via das cimeiras com a Rússia e a Ucrânia, e África por via do reatamento, em Dezembro, do diálogo estratégico euro-africano. Pelo meio, até houve algum tempo para a parceria transatlântica e o processo de paz no Médio Oriente.

Este buraco negro é, no entanto, compreensível se tivermos em conta não só os recursos limitados com que Portugal assumiu a liderança deste mandato, mas também a natural concentração de esforços no plano político interno, nomeadamente na concretização do Tratado de Lisboa. Depois, tal como no caso de outras presidências, é também normal que a agenda externa europeia tenha reflectido as principais prioridades e orientações regionais da diplomacia portuguesa, designada-

mente o Brasil e a África. Foram estes os sectores em que Portugal identificou correctamente a possibilidade de poder contribuir para um melhor posicionamento internacional da UE. Ao contrário da distante Ásia, em que Lisboa teria certamente ido a reboque de Bruxelas e de outros estados-membros que mantêm relações aprofundadas com a Índia e a China.

O facto de a infra-estrutura institucional das relações UE-Índia/China se encontrar já num estado de desenvolvimento avançado serve de outro factor explicativo e moderador. Com ambas a UE realiza cimeiras anuais há, respectivamente, oito e dez anos e têm sido institucionalizados diversos canais de contacto no plano político, económico e cultural, como, por exemplo, a Comissão Mista, as cimeiras de negócios ou os diversos fóruns técnicos especializados. Ao contrário dos eixos Brasil e África, não parecia portanto haver «nada de novo», para Portugal e a Europa conquistarem a Oriente.

SERVIÇOS MÍNIMOS

Tendo em conta este contexto, a presidência portuguesa assumiu o mero objec-

tivo de gerir e manter em curso a agenda europeia para a Índia, um sinal prontamente compreendido pela Comissão Europeia que, a meio do semestre e a dois meses da cimeira, substituiu o seu representante em Nova Deli. Outro indício encontra-se na composição da representação europeia para a cimeira de 30 de Novembro, salientando-se a ausência do ministro dos Negócios Estrangeiros português, bem como a do alto-representante para a Política Externa e Segurança Comum, Javier Solana, pela primeira vez desde a cimeira de 2001.

As ambições moderadas limitaram também os *deliverables* à renovação do acordo de cooperação na área de ciência e tecnologia e à assinatura de um acordo para a área do desenvolvimento. Em relação ao aprofundamento das relações para além do «Plano de Acção Conjunto» aprovado em 2005, a declaração conjunta de Nova Deli é vaga, limitando-se o Governo indiano a avaliar tal possibilidade no futuro. Em Janeiro, recorde-se, Bruxelas lançou as negociações para um «Acordo de Cooperação em Parceria» com Pequim, que integra num único instrumento várias dimensões da parceria UE-China.

Em termos substanciais, as negociações para um acordo de comércio livre, iniciadas em Maio de 2007 durante a presidência alemã, prosseguiram a um ritmo lento. Prevê-se que o futuro acordo ajude a catapultar o volume de comércio indo-europeu para cerca de 500 milhões de euros em 2015¹, mas a realidade é que, por enquanto, a Índia mantém um peso negligenciável no total de importações e exportações UE-27 (1,7 e 2,1 por cento, respectivamente, con-

tra 14,3 e 5,5 por cento no caso da China)². Embora a Índia tenha expresso o seu desejo de chegar a acordo ainda durante este ano, antes das eleições legislativas em inícios de 2009, é agora duvidoso que tal possa vir a acontecer.

Um conjunto de outras áreas reflecte a mesma tendência de estagnação. Para além do anúncio da proposta de criação de um Centro Europeu de Negócios e Tecnologia na Índia, as negociações de acordos para as áreas dos transportes marítimos e da aviação civil arrastam-se e passaram agora para as mãos eslovenas. O pouco que durante a cimeira se alcançou em termos de entendimento sobre a necessidade de combater as alterações climáticas, reduzir a emissão de gases de estufa e desenvolver as energias renováveis esfumou-se poucos dias depois em Bali, onde o secretário de Estado do Ambiente, defendendo os interesses europeus, admitiu que «estamos decepcionados com a Índia, que se tem mostrado muito relutante e parada no tempo»³.

A nível político, a declaração conjunta inclui ainda as tradicionais referências aos valores e princípios partilhados pelas «duas maiores democracias do mundo», o crescente interesse de cooperação em matérias de segurança e antiterrorismo, bem como o habitual *tour de table* à situação política internacional e nos países da Ásia do Sul (Afeganistão, Paquistão, Sri Lanka, Nepal, Bangladesh e Birmânia), em que ambas as partes se esforçaram em moderar as suas posições quase sempre divergentes.

Tendo em conta os objectivos a que o Ministério dos Negócios Estrangeiros se parece ter proposto durante a presidência

para a Índia, é assim de observar que estes não só foram executados na íntegra e de forma exemplar, mas contaram também com três triunfos adicionais. Primeiro, realizou-se uma missão de observação da UE ao estado de Jamu e Caxemira, numa troika liderada, com grande tacto, pela presidência portuguesa e que realizou a difícil missão de evitar qualquer confronto ou aproveitamento político pelas várias partes em conflito. Segundo, houve também tempo para organizar, em Setembro, um seminário específico UE-Índia sobre cooperação na área do emprego e assuntos sociais. Terceiro, a presença do secretário de Estado da Saúde assegurou a representação ao mais alto nível dos interesses europeus na Conferência Internacional sobre a Gripe das Aves, realizada em Nova Deli, em Dezembro.

TUDO DE NOVO

Identificadas as baixas expectativas da presidência para a Índia e analisado o consequente período de hibernação que as relações UE-Índia testemunharam durante os respectivos seis meses, poder-se-ia argumentar que tudo se saldou num sucesso. Porém, adoptando uma perspectiva crítica de longo prazo e enquadrando as relações no contexto das grandes transformações em curso na Ásia, tudo o que não seja um passo em frente significa um retrocesso relativo.

Assim, por mais válidas que tenham sido as razões para tal, adormecer o capítulo Ásia na agenda externa da UE equivaleu a alargar ainda mais o fosso que separa a Europa das novas dinâmicas mundiais. Aquilo que se afigura como «a grande novi-

dade asiática» no panorama global (crescimento económico fulgurante, crescente competitividade internacional e a reivindicação de reforma das instituições internacionais) representa não só uma ameaça directa ao peso e predomínio da Europa, mas também uma temática que suscita reacções fortes nos planos políticos internos das democracias europeias.

Crise demográfica e necessidade de imigrantes qualificados; cortes aos subsídios da Política Agrícola Comum; cristalização da ofensiva do bloco afro-asiático nas negociações de Doha; alterações climáticas, créditos de poluição, regime pós-Quito e os custos de desenvolvimento das energias renováveis; desemprego, outsourcing e deslocalização industrial maciça – são estes os fantasmas evocados pela nova Ásia, por mais esforços que Bruxelas e as capitais europeias façam para empacotar tudo de forma atractiva, recorrendo ao eufemismo das oportunidades que a globalização nos oferece. No final de contas, para os europeus a Ásia ainda representa um fantasma. Largamente desconhecido, mas omnipresente.

Entre as opções extremas que são ignorar ou caçar este fantasma asiático (a presidência portuguesa parece ter escolhido a primeira), há uma alternativa intermédia que é a de o estudar e enfrentar, fazendo-o assim desaparecer. É verdade que, por enquanto, ainda nos podemos dar ao luxo de negar a sua existência. Em 2006, a UE criou três milhões e meio de novos empregos e o crescimento económico manteve-se acima dos dois pontos percentuais. A UE continua a ser o maior exportador mundial de bens e serviços, detendo uma

confortável fatia de 20 por cento do comércio mundial⁴. Esta época áurea não está necessariamente a aproximar-se do seu fim, tal como previsto por muitos arautos da catástrofe, mas para lhe dar continuidade a Europa não poderá deixar de enfrentar os desafios e explorar as oportunidades que se lhe colocam. Segundo Manmohan Singh, primeiro-ministro indiano:

«O mundo está em evolução e a desenvolver as características da multipolaridade [...] Estamos a viver um momento histórico em que o centro da gravidade da economia mundial está a passar para a Ásia. É bem possível que, a meio do século XXI, a Ásia representará mais de 50 por cento do comércio, rendimentos, poupança, investimentos e fluxos financeiros mundiais.»⁵

QUATRO ESTRATÉGIAS CONCRETAS

Para além da necessidade de a UE adotar uma perspectiva de *longue durée* para enfrentar este possível cenário traçado por Singh, apresentam-se quatro estratégias concretas para a Europa poder maximizar os benefícios que advêm da ascensão indiana e asiática. Primeiro, há que mudar a imagem de uma Europa arcaica que faz parte do passado. O Ocidente continua a ser visto como pólo de inovação e centro cosmopolita, atraindo importantes fluxos migratórios, nomeadamente profissionais indianos altamente qualificados. No entanto, para a opinião pública indiana, a UE é crescentemente associada com políticas conservadoras, isolacionistas e proteccionistas, nomeadamente no que toca à mobilidade transnacional, à abertura a

investimentos externos e à flexibilidade em relação a privilégios, direitos e benefícios adquiridos.

Segundo, contrastando com esta necessidade de mais *soft diplomacy*, há que defender e implementar com mais vigor os sistemas vigentes que regulam o comércio internacional e obrigar a Índia a aspirar a uma convergência a nível de critérios mínimos, por exemplo, nas áreas da qualidade, dos direitos de propriedade intelectual, protecção ambiental, saúde e segurança social. Em termos políticos, esta ofensiva *sine qua non* tem que ser acompanhada por uma agenda externa europeia que não sacrifique a sua vocação normativa em nome de interesses económicos mais imediatos, embora tal risco se coloque mais na China e no resto da Ásia do que no caso indiano.

Terceiro, em vez das políticas *ad hoc* com que os governos dos países europeus têm procurado iludir os seus cidadãos e assim evitar a complexa questão de como enfrentar a crescente competitividade e pujança económica asiática, há que promover um debate franco e informado. A Oriente tudo de novo não implica que a Ocidente *nada* de novo. Pelo contrário, é preciso sublinhar que a inacção e clausura europeia acarretará custos e perdas irremediáveis para a futura prosperidade e estabilidade da Europa e do mundo. Ao mesmo tempo que advoga fora de portas certos valores como sendo inegociáveis e promove a mais-valia do seu modelo de desenvolvimento político e económico, a UE deve assumir também internamente disponibilidade para arriscar e questionar, nomeadamente repensando esses mesmos valores

e modelos, de forma a torná-los mais inclusivos e aplicá-los com mais sucesso a novos contextos regionais e globais. Quarto, já não é novidade que as principais instituições internacionais (tais como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial) necessitam de uma actualização urgente, incutindo-lhes mais representatividade, nomeadamente das novas economias emergentes. As esferas europeias e norte-americanas reivindicam-no há décadas e não há chefe de Estado ou de Governo europeu que, de passagem por Nova Deli ou Pequim, não o reconheça publicamente. Assim, mais do que questionar *se*, é necessário debater *como* executar este processo reformador de forma inclusiva e integradora. É este o grande desafio, mas também a grande oportunidade que se coloca à UE: desenhar em conjunto com (e não para) a Índia e a Ásia, novas arquitecturas institucionais e novos regimes políticos, financeiros e de segurança assentes no multilateralismo, na sustentabilidade global e na ideia democrática.

REDESCOBERTA BILATERAL

Há quase um ano, fazendo nestas páginas um exercício de prospectiva sobre a presidência portuguesa e a Índia, sublinhei a importância de aproveitar este momento de liderança europeu para Portugal reavivar o seu plano bilateral com a Índia. Urge assim fazer um breve balanço paralelo. Em mais de trinta anos de relações diplomáticas, nunca um primeiro-ministro português tinha visitado a Índia. No plano comercial, em 2006 só oito países

da UE-27 (Bulgária, Estónia, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta e Eslováquia) exportavam menos para a Índia do que Portugal (29 milhões de euros). E o fosso tendia a aumentar, sendo que entre 2000 e 2006, à excepção da Eslováquia, todos os outros aumentaram as suas exportações entre 100 e 600 por cento, contra somente 16 por cento no caso português⁶. Em termos de investimentos, quase que se contavam pelos dedos as iniciativas portuguesas na Índia. Perante este passado confrangedor, o ano de 2007 representou um momento de ruptura muito necessário e bem-vindo, incluindo, logo em Janeiro, a visita do Presidente da República a Nova Deli, Goa, Bombaim e Bangalore, que permitiu a diversos agentes políticos, económicos e culturais portugueses familiarizarem-se com a Índia contemporânea, abrindo assim o caminho para uma nova era no relacionamento entre ambos os países. Seguiu-se a visita do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, Anand Sharma, a Lisboa, em Junho, prévia à sua ida a Angola, materializando as aspirações portuguesas de apresentar Portugal como uma plataforma estratégica para os interesses indianos na África e na América Latina. O processo culminou no programa bilateral que o primeiro-ministro José Sócrates teve visão em adicionar ao seu programa europeu na capital indiana, e do qual emergiu não só um forte entendimento para intensificar os fluxos bilaterais em várias áreas, mas também a confirmação de uma estreita cooperação trilateral em economias terceiras (casos da Galp e ONGC em Angola e de um projecto de biocombustí-

veis em Moçambique). Pela primeira vez, o Governo indiano reconheceu também admirar a sociedade portuguesa «tolerante e aberta» que acolhe a terceira maior comunidade de origem indiana na Europa, bem como a sua intenção de «celebrar a riqueza do legado da cultura portuguesa em Goa, Damão e Diu»⁷.

Se estes primeiros passos dados em 2007 foram excelentes, é agora vital criar uma infra-estrutura que ajude a concretizar o bom momento bilateral no terreno e a longo prazo. De entre várias medidas possíveis, salientam-se duas em concreto. Primeiro, a necessidade de criar um plano estratégico integrado, abarcando as dimensões política, diplomática, económica e cultural do relacionamento entre Portugal e a Ásia, incluindo a China e a Índia em particular. Algo semelhante à «Estratégia

para a Ásia» (*Asienstrategie*) que a coligação partidária alemã CDU/CSU desenvolveu em 2007⁸ ou ao «Plan de Acción Asia y Pacífico 2005-2008» do Governo espanhol⁹, a que Miguel Ángel Moratinos chamou de «plano de Estado», sublinhando que «o repto asiático é um desafio que já não podemos ignorar»¹⁰. Segundo, tendo em conta o crescente interesse indiano em penetrar as economias africanas e latino-americanas, surge a possibilidade de promover um modelo congénere à iniciativa chinesa de acolher, em Macau, uma reunião interministerial trienal com as economias lusófonas¹¹, e que assim ajude a cimentar o estatuto de Portugal como plataforma estratégica intercontinental para a Índia. São desafios mais do que suficientes para os anos que se avizinham. **RI**

NOTAS

¹ ISLAM, Siddique – «Study: India-EU trade may touch \$572 billion by 2015». In *All News Headlines* [Consultado em 5 de Fevereiro de 2008]. Disponível em: <http://www.allheadlinesnews.com/articles/7009920356>

² EUROSTAT NEWS RELEASE – *EU-China and EU-India Summits*, 26 de Novembro de 2007 [Consultado em 5 de Fevereiro de 2008]. Disponível em: http://ec.europa.eu/external_relations/india/intro/index.htm

³ AGÊNCIA LUSA – *Bali/Clima: União Europeia «Decepcionada» com a Índia*, 11 de Dezembro de 2007 [Consultado em 5 de Fevereiro de 2008]. Disponível em: <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/re3%2B7WaDD0ee-siRW1J94ew.html>

⁴ ISLAM, Shada – «Europe looks East – part II». In *YaleGlobal Online* [Consultado em 5 de Fevereiro de 2008]. Disponível em:

<http://yaleglobal.yale.edu/display/article?id=10284>

⁵ SINGH, Manmohan – «India and China in the 21st century». Discurso perante a Academia Chinesa de Ciências Sociais, Pequim, a 15 de Janeiro de 2008. Tradução aproximada [Consultado em 5 de Fevereiro de 2008]. Disponível em: <http://meaindia.nic.in/speech/2008/01/15ss01.htm>

⁶ Eurostat News Release.

⁷ SINGH, Manmohan – *Statement to the Press by Prime Minister on India-Portugal Bilateral Summit*. Nova Deli, 1 de Dezembro de 2007. [Consultado em 5 de Fevereiro de 2008]. Disponível em: <http://www.mea.gov.in/speech/2007/12/01ss01.htm>

⁸ CDU/CSU – *Asien als strategische Herausforderung und Chance für Deutschland und*

Europa. Outubro de 2007. Resumo inglês disponível em <http://www.cducusu.de/mediagalerie/getMedium.aspx?showportal=4&showmode=1&mid=902>

⁹ RIVA, Ion de la – «Plan de acción Asia y Pacífico 2005-2008». In *Anuario Asia-Pacífico 2005*, Madrid, 2005, pp. 81-89. Disponível em http://www.anuarioasiapacifico.es/anuario2005/php/visit.php?docfile=011lon_de_la_Riva.pdf

¹⁰ MORATINOS, Miguel Ángel – «La nueva estrategia de España en Asia y el Pacífico». In *ABC*, 28 de Dezembro de 2005. Disponível em: http://www.almendron.com/politica/pdf/2005/spain/spain_3560.pdf

¹¹ Para mais informação sobre este fórum, ver o portal respectivo em: <http://english.mofcom.gov.cn/subject/chinaportuguese/index.shtml>